

Bioética Global e Humanismo

Dr. José Eduardo de Siqueira

“A pergunta ética está ligada ao futuro e à tecnociência de uma forma especial. Podemos enunciá-la da seguinte forma:

O que vamos fazer do homem?”

G. Hottois

Estamos prestes a nos tornar senhores do segredo da vida. O Projeto Genoma Humano nos entregará nos primeiros anos do século que se avizinha os mistérios mais íntimos de toda natureza humana. Nada mais será imutável, pois o homem dominará a mais poderosa alavanca de transformações da espécie. As perspectivas são desafiadoras e, ao mesmo tempo assustadoras.

De uma maneira geral, as pessoas sentem-se perplexas diante do extraordinário poder da ciência e interrogam-se sobre seus rumos. Critica-se a cega crença numa tecnologia fria que desconhece fronteiras em seus avanços na imposição de um patético progresso. Os mais temerosos já perguntam: para onde vamos? Será esse o destino que queremos verdadeiramente traçar para a humanidade? Sentimentos de frustração e, até mesmo, de ira veem à tona ao serem desconsideradas a identidade e a dignidade dos seres humanos em pesquisas científicas que atendem ao único e imperial mandamento de que “o que pode ser feito, deve ser feito”.

Os exemplos abundam. A tecnologia da biomedicina que impõe critérios técnicos acima de valores morais no prolongamento da vida de pacientes terminais. Um protocolo de pesquisa que em nome de superiores conhecimentos científicos permite que pacientes negros portadores de lues permaneçam vinte e cinco anos sem tratamento específico. Uma tecnologia industrial que considerando tão somente o lucro ignora regras fundamentais de proteção à saúde pública.

A cômoda suposição de que todo novo conhecimento científico resulta em benefício para humanidade vem sendo contestada. Os jovens cientistas de hoje têm ambiente totalmente diverso daquele vivido por seus predecessores que dispunham dos laboratórios que requisitassem, bem como das verbas que julgassem necessárias. Nada se indagava sobre a natureza de suas pesquisas, pois a confiança que mereciam era ilimitada.

Hoje, diferentemente, já não se permite isolamento em torres de marfins e não mais se aceita a neutralidade do conhecimento científico.

Anteriormente, os pesquisadores viviam em verdadeiros refúgios intelectuais espalhados pela Europa e EUA sempre apartados do

mundo da política. Oppenheimer, um caso exemplar, bem demonstrou que suas experiências conduzidas na Alemanha não o tinham preparado para os problemas políticos que teve que enfrentar nas décadas de 40 e 50. Nessa época, apenas delineava-se um controle civil sobre o poderio militar na recém-criada Comissão de Energia Atômica. Rapidamente, nos anos que se seguiram, a sociedade assistiu atônita ao crescimento da importância estratégica desses homens circunspectos que segundo alguns, conforme admitiu o próprio Einstein, “*decidiam de uma maneira amoral os destinos da humanidade*”.

Os únicos princípios éticos que eram considerados por eles advinham de normas de proteção ao bom nome da profissão e de suas inalcançáveis metodologias, curiosamente, por eles mesmos instituídas. Bem diferente é a situação atual onde a sociedade atenta para todos os passos dos homens de ciência os impede de uma caminhada livre e descompromissada de alguns valores fundamentais. Não mais se aceita o conceito do conhecimento como um bem absoluto em si mesmo desvinculado de postulações sociais. As pesquisas científicas são reexaminadas e sobre elas direciona-se o potente foco de luz da reflexão ética. Nada mais fica na sombra, os novos holofotes tudo alcançam, até mesmo a consciência e a auto-crítica dos pesquisadores.

Fato marcante dessa nova situação ficou registrado na famosa “Carta de Berg” que foi publicada na edição de 24 de julho de 1974 da conceituada revista Science. Paul Berg, eminente biólogo da Universidade de Stanford presidira uma comissão de onze destacados cientistas americanos que tinham a tarefa de definir os rumos das pesquisas sobre o DNA recombinado que haviam sido apresentadas por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) por ocasião da reunião conhecida como Asilomar I em janeiro de 1973.

Pela primeira vez os cientistas exercitavam uma profunda auto-crítica sobre os possíveis rumos perigosos de uma determinada linha de pesquisa biológica. A famosa “Carta de Berg” recomendava que, enquanto não fossem devidamente avaliados os riscos da manipulação de moléculas de D.N.A. recombinados, os cientistas deveriam voluntariamente interromper suas pesquisas nesse campo. Os cientistas se auto-impuseram uma moratória. Era o reconhecimento da Academia de que o poder de manipulação das variáveis da vida necessitava sofrer a moderação de um novo e, até então, alheio poder.

Esse novo ator que estreava no teatro da ciência atendia pelo nome de ética e nascera a muitos anos passados na Grécia de Sócrates, Platão e Aristóteles. Porque demorou tanto esse talentoso ator para intervir

no espetáculo da ciência? Provavelmente pelo exíguo poder de modificar a natureza que até então dispunham os cientistas, o que os fazia destemidos, porém frágeis.

Alguns pensadores, como Packard perguntam: “*É possível esperar que os cientistas sejam tão prudentes em experimentações humanas, quanto têm sido audazes na experimentação com animais?*”

Recentemente revistas de todo mundo publicaram o caso da menina Jaycee, já conhecida como “*orfã de ninguém*” pois não tem pais genéticos conhecidos, foi gestada por mãe de aluguel e seus pais adotivos, ou seja, aqueles que a encomendaram, recém-divorciaram-se. Jaycee parece ser filha do tubo de ensaio, pois um Juiz do Tribunal de Justiça da Califórnia a declarou “*criança sem pais*”. Fruto de um processo de fertilização artificial, obtido a partir de espermatozóide e óvulo de doadores anônimos, Jaycee foi gestada por uma mãe de aluguel, contratada pelo casal Buzzanca ao preço de dez mil dólares. Um mês antes do nascimento da menina, no entanto, o Sr. John Buzzanca separou-se de Luanne, sua esposa, dizendo que nunca quisera ter um filho dessa maneira e passou a repudiar qualquer responsabilidade paterna. Como a menina Jaycee não tem nenhum vínculo genético com o casal, nem com a mãe de aluguel, e seus pais biológicos são anônimos, ela existe no mundo numa espécie de vácuo. Há casos também como a da menina Elisabetta nascida em 1995, dois anos após a morte de sua mãe, gerada a partir de um embrião congelado.

Estamos acostumados a conviver com problemas de limites definidos que pouco servem para atender as complexas indagações éticas que ora se apresentam. A falta de sintonia entre o extraordinário progresso da tecnociência e os tímidos avanços dos mandamentos éticos geraram casos como os de Jaycee, Elisabetta, “*baby M*” e tantos outros. A tecnociência somente enxerga o preto e o branco onde a ética percebe o cinza e suas diferentes tonalidades.

Vivemos atualmente, uma nova obsessão que alguns autores denominam “*genomania*”, que é decorrente de um crescente conhecimento sobre os genes que podem “*causar*” doenças. Assim se expressa John Opitz, professor de Pediatria e Genética Humana da Universidade de Utah: “*Em um mundo crescentemente autocentrado, materialista e dividido, a genomania tem o potencial de tornar-se a obsessão ocidental preponderante, mais do que a guerra, a fome ou a pestilência jamais o foram em nossa consciência.*” Já há um grande número de resignados doentes futuros, hoje sadios, porém comprovados

portadores de uma mutação genética deletéria, esperando que o “*inevitável*” aconteça, impotentes para fazer algo contra o “*mal*” que os espreita em seus organismos.

A detecção de genes responsáveis por doenças é uma das áreas mais ativas da genética humana. A comparação de material genético de pessoas doentes e normais permite identificar uma “*porção do genoma*” que está associado à doença. Todos os que militam nessa área admitem que não basta simplesmente a presença do gene mensageiro da doença, mas é fundamental condições ambientais para que a moléstia possa se manifestar. Estes fatores se influenciariam mutuamente, gerando padrões que não poderiam ser reduzidos simplesmente à pura soma dos componentes mencionados. Em suma, não há uma relação de causalidade obrigatória entre detecção do gene e ocorrência da doença.

A genomania, porém, tem conduzido a raciocínios deterministas que redundam em conclusões posturas extremistas e perigosas. Assim, por exemplo, alguns cientistas passam a emitir juízos de valores e propõe condutas de intervenção em seres humanos por serem os mesmos portadores de genes presumivelmente responsáveis por comportamentos anti-sociais, pelo alcoolismo, pela drogadição, por psicoses e neuroses e, até mesmo, pelo nível de inteligência.

Conhecida da maioria é a tese que foi defendida por Alexis Carrel de que as diferenças entre as classes sociais poderiam ter uma origem biológica. Entre os autores que opinaram sobre esse tema, curiosamente encontra-se um psicólogo marxista, René Zazzo, que num estudo publicado em 1984 sobre a potencialidade intelectual humana, defende a tese que a situação de desempenho intelectual insatisfatório de trabalhadores menos qualificados se deve à herança genética. A relação entre inteligência e êxito social e de que os indivíduos de camadas sócio-econômicas mais elevadas têm filhos melhores dotados parece fechar o ciclo genomania-meritocracia. Retornamos aqui ao cenário de indivíduos programados para ocuparem determinadas posições na escala social como o já descrito por Huxley no “*Admirável Mundo Novo*”.

Com mais dúvidas do que certezas, a aplicação indiscriminada de testes genéticos em populações de pessoas saudáveis parece ser uma meta perseguida por grandes Laboratórios. Para evidenciar os interesses comerciais basta mencionar algumas estimativas de enfermidades com bases genéticas. Calcula-se que, nos E.U.A., existem trinta mil famílias em risco para doença de Huntington, trinta e seis mil famílias para distrofia miotônica, três a cinco milhões de casos para doença de Alzheimer e cerca de um milhão de pessoas portadoras do gene que

causa suscetibilidade para o câncer de cólon. A pergunta que se impõe é: Os testes genéticos precoces poderão salvar vidas? Para algumas doenças, como a coréia de Huntington, a resposta é não. Para outras, como câncer, as respostas ainda não são claras. Recordamos aqui das palavras de Berlinguer: *"A velocidade com que se passa da pesquisa pura para a aplicada é, hoje, tão alta que a permanência, mesmo que por breve tempo, de erros ou fraudes pode provocar catástrofes."*

Imagine-se que, em futuro próximo, os genes responsáveis pela inteligência sejam localizados e que seja possível identificar, através da análise do D.N.A., qual será o potencial genético de um indivíduo quanto a esta característica. Como poderia ser usada essa informação? Seriam instituídos testes genéticos para os genes da inteligência antes da admissão de crianças em escolas, para jovens em universidades ou para seleção de candidatos a empregos? Haveria discriminação ou uma maior tolerância em relação aos menos dotados?